



COMUNICADO DE IMPRENSA n.º 207/22

Luxemburgo, 19 de dezembro de 2022

No âmbito das comemorações do seu 70.º aniversário, o Tribunal de Justiça atribui uma nova denominação a alguns dos seus edifícios

Os edifícios em causa passam a ter os nomes de Comenius, Montesquieu, Rocca e Témis, em homenagem aos valores protegidos pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Geral



As torres A, B e C do Tribunal de Justiça passam a chamar-se Comenius, Montesquieu e Rocca.

No âmbito da comemoração do seu 70.º aniversário, o Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu atribuir oficialmente novas denominações aos últimos edifícios do seu complexo imobiliário, os quais eram ainda designados, até esta data, por letras. As torres A, B, C e o anexo C passam a denominar-se Comenius, Montesquieu, Rocca e Témis.

O Tribunal de Justiça foi objeto várias extensões desde a sua instalação no planalto do Kirchberg (Luxemburgo) no início dos anos 70. Estas ampliações têm origem nas adesões sucessivas de novos Estados-Membros à União Europeia e na criação, em 1989, de uma segunda jurisdição, o Tribunal Geral, que conta atualmente com dois juízes por Estado-Membro.

A primeira inauguração de um edifício consagrado ao Tribunal de Justiça foi a do primitivo Palácio em 1973. Desde então, os edifícios foram objeto várias ampliações com o acrescento de três primeiras extensões nos anos 80 e 90 e, em seguida, o Anel, a Galeria e as Torres A e B em 2008. Uma quinta extensão, a Torre C, veio completar o conjunto arquitetónico em 2019, permitindo assim a todo o pessoal da instituição trabalhar num único e mesmo local. Em 1990, o anexo A do Palácio foi denominado **Erasmus**, apresentado como o primeiro Europeu, o qual contribuiu para federar as culturas em torno dos ideais humanistas. Em 1992, o anexo B tomou o nome de **Thomas More**, em honra da memória desse grande humanista europeu bem como da sua integridade e da força das suas convicções

contra toda e qualquer violação das liberdades.

O Tribunal de Justiça prossegue hoje a iniciativa consistente em denominar os seus edifícios com referência aos valores que defende, tanto na sua jurisprudência como, de modo mais amplo, enquanto instituição europeia. Para o presidente do Tribunal de Justiça da União Europeia, Koen Lenaerts, «os nomes escolhidos destinam-se a honrar a história da Europa e da justiça. Quisemos igualmente escolher personalidades que estiveram entre os primeiros defensores dos valores protegidos pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Geral, como a democracia e o Estado de direito, o respeito pela diversidade, em que se inclui o multilinguismo, a igualdade de acesso ao conhecimento e, de um modo mais amplo, a igualdade de oportunidades e a justiça social».

A **torre A** recebe o nome de **Comenius**. Filósofo e pedagogo, Jan Amos Komenský, conhecido por «Comenius» (1592-1670), foi o primeiro defensor da educação universal. Persuadido de que a ascensão social deveria ser o fruto da educação e não do nascimento, lutou pela igualdade de oportunidades e por uma educação para todos, independentemente da riqueza, da religião ou do género. Apresentado como o pai da educação moderna, Comenius revolucionou igualmente os métodos de ensino das línguas e, em especial, do latim, língua do conhecimento, a fim de favorecer a sua aprendizagem pelo maior número de pessoas. Traduzidos numa quinzena de línguas, os seus manuais serão, durante mais de um século, os manuais escolares mais usados na Europa, o que contribuiu para a difusão do multilinguismo como a chave para o saber.

Ao honrar o nome de Comenius, o qual percorreu a Europa para promover um ensino das línguas mais aberto e mais igualitário, o Tribunal de Justiça da União Europeia põe em destaque os valores do multilinguismo e homenageia aquelas e aqueles que contribuem diariamente para a defesa da riqueza linguística europeia.

O nome de **Montesquieu** é atribuído à **torre B**. Charles-Louis de Secondat de la Brède, barão de Montesquieu (1689-1755), foi advogado, juiz e escritor. O seu prestígio está associado à sua obra *O espírito das leis*, publicada em 1748 após vários anos de viagem pela Europa, durante os quais estudou os sistemas políticos, a economia, o clima, a história e os costumes dos países em que residiu. Considerado a esse título como um dos primeiros estudiosos do direito comparado, mas também como um precursor da sociologia moderna, Montesquieu promoveu uma nova repartição dos poderes do estado, simultaneamente assente na sua separação e na sua interdependência, a fim de garantir o seu equilíbrio. Estabeleceu assim as bases do princípio da separação dos poderes, considerado ainda hoje como a base de qualquer democracia.

Com a escolha de Montesquieu, cujo pensamento contribuiu para forjar o princípio da independência da justiça, o Tribunal de Justiça da União Europeia recorda os valores, comuns aos Estados-Membros, que definem a própria identidade da União enquanto ordem jurídica autónoma.

A **torre C** passa a chamar-se **Rocca**. Giustina Rocca é considerada a primeira advogada da história. O seu nome entrou para a história em razão de uma sentença arbitral proferida em 8 de abril de 1500, no âmbito de um litígio cuja decisão lhe foi confiada. No tribunal do Governador veneziano de Trani, Giustina Rocca profere a sua primeira sentença em língua vernacular — em vez do latim, como era usual na época — a fim de a tornar compreensível para o público que veio assistir à prolação. Em seguida, convoca a parte vencida para que lhe pague os honorários habituais, marcando assim, numa época em que as mulheres não tinham acesso ao ensino nem à prática do direito, a sua vontade de ser tratada com igualdade em relação aos homens investidos de tais prerrogativas.

Ao atribuir o nome de Rocca à sua torre mais alta, o Tribunal de Justiça da União Europeia recorda o empenho que coloca na acessibilidade de todos ao direito e à justiça e reafirma, fazendo eco da sua própria jurisprudência, o seu compromisso a favor da igualdade de oportunidades.

Por último, o **anexo C** recebe o nome de **Témis**. Filha de Urano e de Gaia, que representam respetivamente o céu e a terra, Témis é considerada, na mitologia grega, a deusa da Justiça. Esposa e conselheira de Zeus, está sentada à sua direita e contribui para a manutenção da ordem estabelecida. Alegoria da justiça imanente, Témis é geralmente representada com os seus atributos, que são a balança e o gládio, e por vezes com uma venda a tapar os olhos, em sinal de imparcialidade. A balança, que simboliza a ordem social, o equilíbrio e a harmonia, contrapõe-se ao gládio,

que representa a sentença e a autoridade judicial, e confere, graças à lâmina nos dois lados suscetível de sancionar ambas as partes, força executória às suas decisões. Témis tornou-se assim a imagem universal da justiça. A escolha do nome de Témis dá eco à decisão dos primeiros membros do Tribunal de Justiça, os quais, com base nas suas tradições culturais comuns, escolheram, em 1952, a balança e o gládio para figurarem no logótipo da autoridade judicial da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).



O Tribunal Geral encontra-se instalado no anexo C, construído em 1992, que passa a chamar-se Témis

Foram colocadas placas nos diferentes edifícios do complexo imobiliário com o objetivo de partilhar com o público os elementos que presidiram à escolha destas denominações. As placas foram descerradas, na presença do pessoal da instituição, por ocasião de uma cerimónia que se iniciou com uma alocução do presidente do Tribunal de Justiça, Koen Lenaerts.

Documento não oficial, para uso exclusivo dos órgãos de informação, que não vincula o Tribunal de Justiça.

Contacto Imprensa: Cristina López Roca ☎ (+352) 4303 3667.

Fique em contacto!

